

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.713 - DF (2018/0238242-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : GERALDO BEVILACQUA RIBEIRO
ADVOGADOS : RAUL CANAL E OUTRO(S) - DF010308
JOSE ANTONIO GONÇALVES LIRA - DF028504
CÍNTIA DALLPOSSO - DF045860
AGRAVADO : MARIA CRISTINA PEREIRA LEAL
ADVOGADOS : ERIK FRANKLIN BEZERRA E OUTRO(S) - DF015978
VICTOR COSTA ADJUTO - DF032310
GERMANO ROCHA DA TRINDADE - DF042530

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por GERALDO BEVILACQUA RIBEIRO contra decisão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

As razões apresentadas são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação dos artigos 104, §§ 1º e 2º, e 239 do Código de Processo Civil. Afirma que "*o processo careceu de citação do Recorrente, tendo tramitado à sua revelia*". Assevera que apesar do juízo de primeira instância ter entendido "*que houve o comparecimento espontâneo do Recorrente aos autos através de petição singular apresentada no processo, assinada pelo advogado Rogério Arrelaro (OAB/DF 14.555), que se insurgiu nos autos supostamente pelo em nome do Recorrente, alertando o juízo quando à inépcia e à prescrição*", "*não houve outorga de procuração ao*

causídico, nem mesmo regularização da suposta representação processual". Afirmar que "a petição do advogado Arrelaro (sem poderes) tratou-se de simples rogo, trazendo à baila os temas preliminares de mérito de inépcia de inicial e prescrição, não tendo sido apresentado pelo Recorrente defesa de mérito propriamente dita, atinente aos fatos articulados pela parte autora". Assevera que "não há citação válida apta a perfectibilizar a angularização processual, restando inválidas todas as decisões e atos processuais posteriores às diligências operadas no intuito de citar o Recorrente".

Este recurso, todavia, não comporta conhecimento.

Como bem pontuou o Tribunal de origem, não há efetiva impugnação a todos os fundamentos do acórdão recorrido.

A teor da Súmula 283/STF, *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*, entendimento positivado pelo Código de Processo Civil de 2015, que em seu artigo 932, inciso III, prevê que incumbe ao relator *"não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*.

Na espécie, o Tribunal de origem pontuou que tendo o recorrente comparecido espontaneamente ao processo restou suprida a sua falta de citação, ponderando que a apontada nulidade, o fato de que *"o causídico não detinha poderes de representação do Recorrente, porquanto não apresentou nos autos a respectiva procuração"*, não poderia ser reconhecida, pois se trataria de nulidade de algibeira, aquela da qual se têm ciência, mas se aguarda um momento oportuno para suscitá-la. Transcrevo o trecho pertinente:

"A citação aperfeiçoa a relação processual triangular, entre o juiz, autor e réu, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa, sendo, pois, ato imprescindível para o desenvolvimento válido e regular do processo.

Por outro lado, o sistema de nulidades do processo rege-se pelo princípio do prejuízo (pás de nullité sans), segundo o qual não há nulidade sem prejuízo. Nesse sentido, haverá prejuízo sempre que a grief finalidade do ato não for alcançada.

No caso, apesar de não ter sido citado pessoalmente, o réu compareceu espontaneamente ao processo, representado por seu procurador (advogado regularmente constituído), o que supre a falta da citação. Ou seja, o comparecimento espontâneo atingiu a finalidade da citação, uma vez que o advogado do réu apresentou-se como seu legítimo representante processual.

A ausência de instrumento de mandato conferindo ao advogado poderes específicos para receber citação, não afasta, por si só, a presunção de que o réu sabia da existência do processo.

Não é razoável que o réu alegue desconhecer o processo, uma vez que ofertou defesa por meio de advogado contratado para este fim. Observe-se que na petição de ID nº 2814532, fls. 50-51, assinada pelo advogado, consta expressamente a informação de que ele é o patrono do Dr. Rogério Arrelaro agravante.

Além disso, no caso, vale ressaltar que as teses de defesa apresentadas pelo advogado do agravante foram analisadas e rebatidas pelo Juízo (ID nº 2814532, fl. 63), o que afasta a alegação de suposto a quo prejuízo processual.

Dessa forma, não pode a parte, após refutadas suas teses defensivas, alegar nulidade a que deu causa por ter deixado de juntar a procuração solicitada, postura contrária à boa-fé processual.

Trata-se, pois, de nulidade de algibeira (ou de bolso), inadmitida pela jurisprudência do STJ:" (e-STJ fls. 299)

O juízo de primeira instância é ainda mais enfático, tendo certeza de que Rogério Arrelaro teria efetivamente advogado em favor do recorrente, ainda que não tenha sido juntada aos autos a procuração:

Foram feitas várias tentativas de citação, sempre com a mesma desculpa: o réu estaria viajando. Isso em novembro de 2014 e em diversos dias de fevereiro de e março de 2015.

Estranhamente, em maio de 2015, em nome do réu o advogado Rogério Arrelaro compareceu aos autos e alegou prescrição da pretensão.

Proferida sentença, o próprio advogado Rogério veio dizendo que o réu não havia comparecido, demonstrando verdadeiro desespero com a sentença proferida.

Indago: a mando de quem? Responda de forma diferente quem quiser mas a minha resposta é uma só: do réu que sequer explica em sua impugnação por que Rogério compareceu aos autos para, em seu nome - nome de Geraldo - alegar

prescrição a pretensão. Em nome do réu. Repito: em nome do réu. Em nome do réu.

Mais uma vez: em nome do réu. Rogério não o fez em nome próprio.

Veja o que diz Geraldo:

'O demandado, todavia, desconhece os motivos do causídico.

O referido advogado nunca foi mandatário do Demandado, tanto que não regularizou sua representação processual quando intimado, bem como requereu, adiante, sua exclusão da capa dos autos, tendo sido determinada pelo juízo a requerida eliminação.' (fls. 207) *Quer que eu creia? Não posso. Mas se quiser uma explicação, no-la deu Rogério. Foi por amor à ordem pública.*

'Como um pedido verbal de se efetuar uma simples promoção feito ao Diretor de Secretaria não foi acatado, alertando sobre a prescrição da pretensão por se tratar de objeto previsto no art. 206, parágrafo 30, do Código Civil e não de Ação de Cobrança, este causídico apenas peticionando alertando tal fato para que este d. Juízo, de Ofício mesmo, determinasse a extinção do feito por se tratar de ordem pública.' (fls. 65) *Quer que eu creia? Também não posso. Dar-me-iam por tolo, inocente, com justificados motivos.*

Por que escolheu, exatamente, os autos do Sr. Geraldo para encontrar a prescrição e, para bem da estabilização das relações jurídicas, argüir a prescrição, com simples petição verbal dirigida ao Diretor de Secretaria e, à negativa deste, peticionou ao juiz para contestar o pedido? Sim: prescrição é matéria de contestação. O advogado, repito, fez a petição em nome de Geraldo. Não no seu nome. Transcrevo:

'Geraldo Beviláqua Ribeiro, por intermédio de seu advogado que a esta subscreve, vem respeitosamente à sua presença para informar e requerer a Vossa Excelência o que segue: 'Veja: Geraldo Beviláqua Ribeiro. E o autor. Prossegue: "por intermédio de seu advogado'. E o Dr. Rogério Arrelaro. 'Seu advogado'. 'Geraldo'.

'Geraldo'. Seu advogado. Foi Geraldo que veio. Rogério falou por ele. Advogou. (e-STJ fls. 257)

O recorrente, todavia, não ataca a este fundamento da decisão agravada, o fato de que o recorrente teria plena ciência da apontada nulidade, apenas aguardando o melhor momento para suscitá-la, limitando-se a dizer que "*não houve outorga de procuração ao causídico*", o que impossibilita o conhecimento do presente recurso.

Visto sobre outro enfoque, o conhecimento do recurso também encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, o recorrente torna imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

A discussão sobre prova somente tem sido admitida nos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão e sobre os quais não há controvérsia. Assim, no segundo caso é necessário que o recorrente demonstre que há ponto incontroverso desconsiderado no acórdão. No primeiro caso, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Note-se que o Tribunal de origem aponta para litigância de má-fé por parte do recorrente, que não teria regularizado sua representação processual com o intuito de posteriormente alegar tal nulidade em momento oportuno, não se tratando apenas de verificar se há ou não procuração nos autos.

Se Rogério Arrelaro detinha ou não "*poderes de representação do Recorrente*" é uma premissa fática, não jurídica, de modo que para desconstituir o quanto decidido seria imprescindível o revolvimento do acervo fático-probatório.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NÃO CONHECER do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator